



Copasa privatizada deixa moradores sem água

A população de Belo Horizonte já sente os efeitos da privatização da Copasa, efetuada no Governo de Romeu Zema e Mateus Simões. Em 21 dias, aconteceram cinco rompimentos de tubulações e vazamentos da empresa, causando transtornos e deixando mais de 60 bairros sem água. O primeiro foi com uma adutora no bairro Nova Granada, cuja obra demorou para ser concluída. Foram cenas de ruas inundadas e transtornos para as famílias atingidas. Em São Paulo, onde a Equatorial, mesma empresa que adquiriu ações da Copasa, comanda a Sabesp, episódios semelhantes também são frequentes, além da conta estar mais cara e haver denúncias graves sobre a qualidade da água.

O Sindágua já havia alertado sobre o processo de sucateamento da empresa ocorri-

do como preparação para a privatização, que envolveu demissões e falta de investimento. A Copasa já teve mais de 12 mil empregados e hoje tem 9.600. Segundo o Sindágua, a prioridade não é mais a prestação de um serviço público essencial, mas a busca de lucro a qualquer custo em cima de um bem comum, a água, que deveria ser direito de todos. O resultado é sempre o mesmo: aumento das tarifas, crescimento exponencial das reclamações dos usuários, demissão de trabalhadores, corte de custos operacionais e precarização dos serviços.

Reestatiza, Brasil!

O Sindipetro/MG tem enfatizado a importância da Campanha Reestatiza, Brasil, criada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos. No dia 7 de setembro, diretores do Sindicato dis-

tribuíram panfletos da Campanha, no Samba dos Trabalhadores, em Belo Horizonte. A Campanha defende que a Petrobrás volte a ser 100% estatal como uma forma de defesa da soberania nacional e de combustíveis e energia a preços acessíveis para a população, principalmente em um momento de acirramento da guerra dos Estados Unidos no Irã, que pode ampliar seus impactos na vida dos brasileiros e brasileiras.

A Campanha reafirma a posição da categoria petroleira contrária ao processo de privatização e desnacionalização de ativos estratégicos do setor energético brasileiro, em especial da BR Distribuidora, Liquegás, Gaspetro, refinarias, dutos e demais estruturas pertencentes ao Sistema Petrobrás, cuja entrega comprometeu a soberania energética na-

cional, fragmentou a empresa integrada e reduziu a capacidade do Estado brasileiro de garantir abastecimento, preços justos, desenvolvimento econômico e segurança energética para o povo brasileiro.

Para a coordenadora-geral do Sindipetro/MG, Carmen Lúcia Rodrigues, é preciso ampliar a participação estatal no controle da Petrobrás, reestatizar as refinarias e outros ativos privatizados nos governos Temer e Bolsonaro, recuperando a presença da companhia na distribuição e revenda. “Assim como retomar outras empresas de serviços essenciais para a população como água e energia privatizadas, que devem ser públicas, para garantir que a população tenha serviços de qualidade e os trabalhadores seus direitos preservados”, opina.

Categoria aguarda avanços em negociações com o Sistema Petrobrás



O Sindipetro/MG realizou reuniões setorizadas com a categoria petroleira em Minas Gerais, de 26 de agosto a 9 de setembro, para discutir o andamento das negociações sobre propostas de novo Plano de Cargos e Salários, acordos de PLR e de teletrabalho. O Sindicato apresentou os principais problemas identificados nas negociações com a Petrobrás e ouviu as trabalhadoras e trabalhadores da Regap, UTE-IBT, PBio, e UTE-JF e Transpetro.

A avaliação é que as propostas apresentadas até o momento estão aquém das reivindicações da categoria e é preciso avançar. A convocação de assembleias somente ocorrerá quando todas as subsidiárias da Petrobrás apresentarem suas propostas.

Sobre o novo Plano de Cargos e Salários da Petrobrás, os pontos apresentados pela empresa foram referentes à estruturação das carreiras e à mobilidade interna, sem

qualquer menção à progressão salarial. A reivindicação é de um único plano de cargos e salários para todo o Sistema Petrobrás, com regras transparentes e democráticas, que valorizem os trabalhadores e as trabalhadoras, promovendo equidade e diversidade. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) reforçou em reuniões de negociação ser fundamental que a empresa leve em conta as pautas que a entidade apresentou no GT para unificação dos planos, tendo como referência o PCAC, que foi o único plano de cargos e carreiras negociado com as representações sindicais ao longo de toda a história do Sistema Petrobrás.

No caso da PLR e outras remunerações variáveis, a própria proposta apresentada pela holding, seguida pela Transpetro e Termobahia, não apresenta avanço algum, muito pelo contrário, congela o piso. A proposta da PBio e TBG são piores do que o acordo vigente.

Gás natural deve servir ao desenvolvimento nacional

No primeiro semestre de 2026, o Brasil entrou em um novo patamar de produção de gás natural, impulsionado principalmente pela expansão do pré-sal e das operações offshore no Sudeste. No entanto, mesmo produzindo cada vez mais gás, isso não se transforma proporcionalmente em gás disponível e barato para a indústria. O motivo é que persistem problemas de infraestrutura, reinjeção, regulação, distribuição e vinculação dos preços às referências internacionais, aponta o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inee), no Boletim do Gás Natural nº 6.

O Inee defende uma política articulada para toda a cadeia, com participação estratégica do Estado e da Petrobrás, para transformar o crescimento da produção em gás mais acessível e competitivo para a indústria, contribuindo para o desenvolvimento e a soberania energética do país. Defende, ainda, considerar o gás natural como insumo e infraestrutura estratégica para o desenvolvimento nacional, dando foco ao mercado industrial. Dessa forma, sua regulação e seu funcionamento exige ser pautado pelo interesse público e com coordenação estatal e não por interesses particulares e sazonais de agentes de mercado.

As propostas para o setor também estão na Plataforma de políticas públicas do setor de óleo e gás 2027-2031: soberania energética e transição justa no Brasil, construída pelo Inee e pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). Acesse o site: sindipetro.org.br.